

1 Introdução

A proteção do meio ambiente hoje é um valor muito difundido. Esse é um valor relativamente novo, que faz parte de um processo de transformação cultural abrangente, causado por mudanças econômicas, políticas e sociais. Ronald Inglehart (1990) estudou as mudanças econômicas, sócio-políticas e culturais no Século XX, examinando como estas se relacionavam e se determinavam. Através disso, Inglehart recordou novas *attitudes* em países altamente industrializados. O estudo indicou mudanças graduais em atitudes tradicionais sobre política, trabalho, religião, família e sexo e as relacionou ao nível de segurança econômica e física que certos países realizaram depois da segunda guerra mundial. Nesses países, segundo a hipótese de Inglehart, as pessoas podiam pensar em outras questões uma vez que as necessidades básicas já haviam sido atendidas. A nova ênfase na proteção do meio ambiente faz parte do surgimento de novos valores pós-materialistas relacionados a um senso de comunidade, à auto-expressão e à qualidade de vida.

Valores materialistas, que acompanharam a expansão industrial ao longo século XIX e XX, relacionados ao crescimento econômico e acumulação de bens materiais, valorizaram o meio ambiente como um meio para fins industriais e um objeto a ser manipulado. Os novos valores pós-materialistas indicam menos ênfase no crescimento econômico e representam uma visão do mundo menos mecânica onde são destacadas questões sobre o conhecimento e a vida humana nas quais cabe a preocupação sobre o meio ambiente.

Ainda seguindo Inglehart, dar prioridade à comunidade e à qualidade de vida não-materialista, em sociedades que tradicionalmente favoreceram ganhos econômicos tem implicações políticas importantes. Os pós-materialistas formam uma política baseada nos valores e se separam de política baseada na classe. Com o surgimento de valores pós-materialistas a política tradicional baseada em alinhamento de classe entra em crise. No conflito ou na negociação política, os movimentos baseados no direito de autodeterminação e de certo nível de

qualidade de vida são cada vez mais o veículo para mudança social. Inglehart destaca os novos movimentos sociais – do meio ambiente, de mulheres, e anti-nuclear – que refletem mudanças culturais abrangentes. “Postmaterialist values underlie many of the new social movements – for the Postmaterialists emphasize fundamentally different value priorities from those that have dominated industrial society for many decades.” (INGLEHART 1990, p. 373).

A preocupação sobre a proteção do meio ambiente surgiu como parte das mudanças culturais abrangentes em sociedades que atingiram um nível alto de industrialização. Inglehart estabelece as conexões entre mudanças econômicas, sócio-políticas e culturais e descreve as circunstâncias que permitiram a transição de valores materialistas para pós-materialistas. Entretanto, se vai defender aqui que o processo que conduz essa mudança merece mais atenção. Exatamente o que está por detrás da construção dos valores associados com a proteção do meio ambiente e com o movimento ambientalista? Como podemos explicar a expansão desses valores e do movimento ambientalista para países do mundo inteiro, não apenas dentre os países altamente industrializados que Inglehart estudou?

Para responder a estas perguntas é necessário examinar a construção do próprio conceito do meio ambiente e a formação dos discursos relacionados. O que se refere hoje quando se fala do meio ambiente descreve uma ideia relativamente nova. O meio ambiente é essencialmente um conceito que engloba o mundo natural no qual vivemos. A ideia da natureza serve para separar o mundo das paisagens, as árvores, os animais e as plantas do mundo dos homens. É possível argumentar que essa ideia é tão antiga quanto à ideia do homem (e da mesma maneira as duas tenham se transformado ao longo do tempo). O pensamento moderno dos iluministas colocou a natureza em oposição direta com o homem e com a revolução industrial a natureza foi posta numa posição de subordinação total ao homem. Hoje, a ideia de meio ambiente ajuda a preencher a lacuna entre essas ideias. A novidade desse conceito é que cria uma noção da natureza onde os homens estão intimamente ligados aos processos e sistemas naturais – o que implica que os processos humanos são parte dos processos naturais e um afeta o outro numa relação mútua e complexa.

Historiadores localizam a origem do movimento ambientalista nos primeiros protestos contra a poluição e nos primeiros esforços para conservar recursos naturais e preservar a natureza selvagem no final do século XIX (ROME,

2003). Nessa época as preocupações sobre os efeitos negativos da industrialização se articularam em termos de saúde pública, de produção industrial garantida ou de patrimônio nacional. Avanços em meados do século XX, com a tecnologia atômica e petroquímica trouxeram novas ameaças ao meio ambiente e mais atenção. Em resposta à expansão industrial e à tecnologia perigosa, crises como a extinção de espécies entraram no foco. Através do estudo de sistemas naturais em seu conjunto e as relações entre organismos vivos, os ecologistas identificaram crises de grandes proporções. Na década de sessenta, a ecologia ganhou mais atenção, com uma conscientização maior sobre a crise ecológica e entrou com força na fileira dos movimentos sociais. O movimento ecologista se destacou nessa década, junto aos movimentos de direitos civis, de mulheres, contra guerra e contracultura. Assim, o conceito do meio ambiente surgiu para englobar outros movimentos com objetivos comuns, juntando os ecologistas, os preservacionistas e os conservacionistas, entre outros, sob uma bandeira. O conceito do meio ambiente ligou a natureza com o homem – o ecológico com o social – e o movimento ambientalista se formou de uma gama de ativistas com agendas e demandas diversas.

Como um nexo entre a natureza e os homens, o meio ambiente não é apenas pensado em termos ecológicos, biológicos ou científicos. Como um movimento social, o ambientalismo faz o meio ambiente uma questão política com implicações sociais e econômicas, exigindo soluções nesses âmbitos para problemas relacionados com a degradação ambiental. Da perspectiva das ciências sociais, o meio ambiente é uma questão nova e o movimento ambientalista é um objeto complexo e intrigante que exige mais atenção. O movimento ambientalista transcende áreas de estudo e cria novas categorias sociais, culturais e políticas. No âmbito político, o movimento se descola das ideias da direita ou da esquerda e traz uma pauta que transcende as ideologias partidárias.

O movimento ambientalista é formado por grupos e indivíduos conscientes dos problemas ambientais e articula as demandas de vários setores da sociedade preocupados com a proteção do meio ambiente. Identificar um único grupo, proposta, ou causa como o movimento ambientalista o faria mais claro, mas isso não é o caso. Sejam ecologistas, preservacionistas, conservacionistas, radicais, reformistas, atuando a nível local, global, ou por uma variedade de causas específicas, todos esses, e mais, formam o movimento ambientalista. Como um

movimento social, tentar formar uma agenda clara para a negociação política (mesmo com a diversidade de temas que tratam os ambientalistas) poderia ser uma estratégia útil, mas é difícil. Através da atuação política, motivada pela evidência de degradação ambiental cada vez maior e pela atenção na mídia, a conscientização da sociedade fortalece muitos dos valores associados com a proteção do meio ambiente.

Isso não é o caso apenas de países industrializados. Hoje, as demandas para lidar com problemas associados com o meio ambiente se articulam no mundo inteiro e referem não apenas a questões da qualidade de vida das populações, mas também a questões materialistas básicas de desenvolvimento econômico, de saúde, de habitação e de alimentação. Por exemplo, questões como a pobreza podem ser, e são, articuladas de acordo com problemas ambientais. O movimento ambientalista agora é um movimento internacional, cujos valores, ideias e discursos foram incorporados por outros movimentos sociais nacionais e internacionais. Através de um tratamento político em acordos internacionais, principalmente nas Nações Unidas, o meio ambiente se tornou uma questão realmente global.

As Nações Unidas criaram um modelo discursivo de negociação política internacional no qual o movimento ambientalista internacional se fortaleceu. Na primeira conferência internacional da ONU em 1972 sobre o meio ambiente, organizações não governamentais e de base social participaram nos processos preparativos e nas deliberações para contribuir para formação da agenda ambiental internacional. ONGs internacionais como Greenpeace e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) surgiram com áreas de atuação que atravessaram as fronteiras nacionais. O caráter único da questão ambiental conecta problemas ambientais e ativistas ao nível local com o nível global. Assim, o papel das Nações Unidas e de negociação multilateral é central para essa questão e a articulação dos problemas relacionados ao meio ambiente por grupos e indivíduos independentes ilustra a formação de um novo espaço público internacional para a negociação de interesses comuns. O movimento ambientalista não apenas espalhou pelo mundo e por outras lutas sociais, mas também atingiu os mais diversos setores da sociedade. Em muitos países, a proteção do meio ambiente entrou no âmbito político, com a formação de partidos verdes, e no âmbito econômico, com indústrias limpas e sustentáveis.

O meio ambiente não é apenas uma nova categoria para articular as demandas da sociedade no âmbito político, mas representa uma nova ontologia na qual se pode entender o mundo e se relacionam as pessoas. A mudança para valores pós-materialistas que Inglehart descreve explica as condições para o meio ambiente surgir como conceito e eixo para atividade política, mas não examina o processo de formação dessa nova ontologia em diversos países em contextos distintos. Para fazer isso, este trabalho abordará uma análise ao nível discursivo para considerar a construção do conceito do meio ambiente como parte de um processo intersubjetivo social, não apenas uma mudança cultural num contexto abrangente.

O primeiro capítulo aborda uma discussão da formação do conceito do meio ambiente e do movimento ambientalista, destacando a importância da sociedade civil e a esfera pública nesse processo. Apresentar a gama de perspectivas que existe dentro do movimento ambientalista permite uma análise da atuação e relações políticas relacionadas à proteção do meio ambiente ao nível internacional. Essa discussão é inspirada no processo discursivo de racionalização comunicativa que Jürgen Habermas usa para explicar a formação de uma ética discursiva, política legítima em sistemas democráticos, e a própria sociedade na qual as pessoas vivem. É através da formação de uma sociedade civil global que o movimento ambientalista se expande e os discursos ambientalistas são disseminados pelo mundo e para os mais diversos setores da sociedade.

A partir da teoria de ação comunicativa de Habermas, o segundo capítulo discute duas conferências das Nações Unidas como momentos de racionalização discursiva na formação de consenso sobre o meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (UNCHE) em 1972 foi uma reunião histórica para a ONU, a sociedade civil global e para o movimento ambientalista. A UNCHE consagrou o meio ambiente como uma questão global e abriu o espaço discursivo no âmbito internacional para a formação de consenso e acordos entre os participantes. Durante as deliberações da UNCHE, um consenso sobre a conexão direta entre os problemas ambientais e as atividades humanas foi determinado e as negociações estabeleceram o rumo para o desenvolvimento do conceito do meio ambiente e para as negociações futuras. A Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) vinte anos depois, em 1992, foi outro momento importante tanto para a construção do conceito do meio ambiente,

quanto para a articulação do movimento ambientalista. Nessa conferência, o espaço discursivo expandiu-se, permitindo que novas questões ambientais recebessem atenção nas negociações e nos debates. Esta discussão da UNCHE e da UNCED serve para ressaltar a importância da racionalização comunicativa e do processo discursivo de Habermas – não é para fornecer uma descrição histórica das duas conferências. O conteúdo deste capítulo traça a trajetória do movimento ambientalista neste período e contribui para entender melhor a situação atual do debate internacional sobre o meio ambiente.

O terceiro capítulo examina a participação dos EUA e o Brasil na UNCHE e na UNCED. Essa comparação é importante porque ilustra a origem dos debates internacionais nas próprias experiências e agendas nacionais de países participantes. Aqui serão considerados os contextos específicos que determinaram a atuação do Brasil e os EUA. Para fazer isso, é importante nos distanciarmos da ênfase nos processos discursivos que a teoria de Habermas coloca na formação dos acordos das conferências. Nessa comparação é evidente que uma teoria universal sobre a formação de consenso racional e justo é problemática e que uma análise substantiva contextual ao nível de micropolítica é mais apropriada. Michel Foucault fornece essa perspectiva e entra no debate para definir uma metodologia válida, livre de pressupostos teóricos ou deduções falsas. Sua argumentação permite descobrir os atores menos visíveis e as relações de poder que determinam a participação dos dois países nas conferências da ONU.

Ambos, Foucault e Habermas, abordam em suas teorias e críticas um alvo principal a ser resgatado na presente análise. A mudança social e democrática está sempre presente por detrás de qualquer diferença de opinião ou divergência de abordagem entre eles¹. A mudança social também reside no centro da discussão sobre o meio ambiente. Como uma das questões mais importantes para a geração atual e as futuras, é necessário alimentar e apoiar o debate contínuo sobre o meio ambiente e explorar todas as possibilidades para realizar as mudanças que são cada vez mais exigidas. O meio ambiente é uma questão que tem caráter interdisciplinar e precisa ser abordado por várias perspectivas de modo independente e transversal – da política à biologia, da economia à climatologia, do

¹ Foucault não se preocupava tanto quando Habermas com respeito à continuidade teórica. Assim, Foucault pode assumir várias posições sobre esse tema, mas aqui usamos o lado de Foucault que tem evidência de influência de Toqueville e o projeto democrático Norte-americano.

direito à engenharia, da filosofia à física. Assim, as ciências sociais são uma área fértil para essa discussão por entender a possibilidade para análise multidisciplinar e interdisciplinar.

Este trabalho pretende contribuir para aprofundar em alguns aspectos relacionados à situação atual do meio ambiente. Este projeto não deve ser pensado de modo algum como acabado ou completo, mas como o início de maior entendimento acadêmico de uma ontologia nova e uma questão crucial que chama a atenção de todos. Acima de tudo, pretende indicar um caminho multidisciplinar, de acordo com o caráter desse tema, a ser aprofundado mais em futuro próximo. O projeto partilha da sensação de que o trabalho do cientista social, tanto na forma de teorias tanto quanto de estudos empíricos, precisa sempre ter algum sentido em relação ao nosso presente e de tomar uma posição crítica para contribuir para o projeto maior de mudança social.

1.1. O Movimento Ambientalista

Os novos valores pós-materialistas que dão prioridade à qualidade de vida das pessoas e à qualidade do meio ambiente no qual as pessoas vivem resultaram na criação do conceito do meio ambiente e do movimento ambientalista. Embora o meio ambiente seja uma ideia muito difundida, é importante reconhecer que existem vários movimentos ambientalistas voltados para as mais diversas áreas e questões relacionadas ao meio ambiente. Essa diversidade pode ser organizada conforme a causa ou problema específico destacado ou considerando sua área distinta de atuação. Os movimentos ambientalistas podem ser divididos por tema: por exemplo, a questão da poluição, das emissões de CO₂, da preservação de floresta ou de espécies animais. Ademais, podem ser identificados por seu alcance local, regional ou nacional.

A teoria da ação comunicativa fornece uma base teórica interessante para a análise do movimento ambientalista². A heterogeneidade que existe dentro do ambientalismo complica uma tentativa de macroanálise – por exemplo, do movimento ambientalista brasileiro ou americano – mas, a partir da teoria de ação

² Para autores que discutam o movimento ambientalista como um movimento social ver Scherer-Warren (1996), e Melucci (2001). Para autores que usam Habermas na discussão dos movimentos sociais ver Gohn (2007) e Castells (2007).

comunicativa, que estabelece normas gerais para análise, o ambientalismo pode ser compreendido dentro de um processo maior de racionalização comunicativa. Assim, a construção do entendimento comum sobre a ideia do meio ambiente pode ser analisada e comparada em contextos específicos. Assim, esse trabalho foi inspirado pelos conceitos de Habermas, com o alvo de usá-los para melhor entender e analisar o movimento ambientalista no Brasil e nos Estados Unidos, e não pretende abordar uma análise crítica detalhada da teoria de ação comunicativa.

Ao longo de quatro décadas, Jürgen Habermas desenvolveu uma teoria social que sintetiza as teorias e os conceitos mais fundamentais do projeto iluminista dos últimos séculos³. A partir da análise e elaboração crítica de ideias apresentadas por vários teóricos inclusive Mead, Parsons, Weber, Durkheim e Kant, Habermas (1987) desenvolve a teoria da ação comunicativa para entender e explicar fenômenos fundamentais da vida social. Segundo a teoria da ação comunicativa, todos os processos de socialização têm origem na linguagem. Isso quer dizer que a base de toda relação social reside na necessidade de se entender e de criar acordos comuns. Habermas procura uma ética discursiva que forma as relações sociais e a localiza dentro do processo de racionalização comunicativa.

Uma preocupação central nesse processo é o consenso. Segundo Habermas, a formação de uma sociedade justa e racional é possível através de processos discursivos. Partindo do pressuposto que a linguagem é a base para a organização social que por sua vez cria discursos os quais são institucionalizados e estruturam a sociedade, Habermas explica esse processo usando os conceitos do *mundo da vida* e *sistema* para diferenciar entre duas formas de integração e formação social.

A diferença e interação entre o sistema e o mundo da vida constrói a base da teoria da ação comunicativa. Os dois são lugares onde ideias, valores e normas sociais são criados e divulgados, mas a forma que esses processos tomam são bastante diferentes. O sistema é definido como totalmente racionalizado e fechado e é representado por conceitos como o mercado, o direito, o capitalismo e outras

³ O trabalho teórico de Jürgen Habermas atravessa várias disciplinas, inclusive as ciências sociais, filosofia, direito, política, psicologia e é considerado um dos filósofos contemporâneos mais importantes.

entidades institucionalizadas. O mundo da vida, por outro lado, é o espaço de ideias e valores sociais que se formam a partir da cultura de uma vivência comum e uma ética discursiva. No primeiro, seu modelo total, eficiente, calculado, previsível e controlado, não permite espaço para a racionalização comunicativa. No segundo, por tratar-se de um espaço para a formação e reificação do senso comum de um grupo, através de experiências compartilhadas, os processos de formação de opiniões e acordos sociais são possíveis (HABERMAS, 1987).

Nessa teoria, é somente através do mundo da vida, enquanto âmbito de formação cultural de valores, que o sistema e suas instituições, podem ser legitimados. A expansão do mercado e do Estado burocrático ameaça a estrutura comunicativa do mundo da vida e assim existe a tarefa importante da “descolonização” do mundo da vida. Isto quer dizer que os valores que são desenvolvidos ao longo do tempo, no mundo da vida, muitas vezes são dominados por instituições como o Estado. Assim, o mundo da vida é colonizado e a possibilidade para ação comunicativa é restrita. Para garantir a formação legítima de valores e opiniões comuns no mundo da vida, é importante deixar de lado os interesses particulares que os sistemas engendram. Sem a descolonização do mundo da vida, as diferenças numa sociedade não são discutidas, o acordo comum não se realiza e a legitimidade política e institucional entra em crise. (HABERMAS, 1987).

A entrada do ambientalismo nos mais diversos setores da sociedade, ao longo dos últimos cinquenta anos, é resultado dos processos referidos na teoria da ação comunicativa. O meio ambiente, um conceito relativamente novo, é uma questão muito difundida atualmente. É uma nova categoria analítica na qual os indivíduos, cientistas e os acadêmicos formulam ideias, e é uma nova base através da qual as pessoas se comunicam e se entendem. O meio ambiente agora faz parte do mundo da vida de muitas sociedades de uma forma sem precedentes, transformando a política, a economia, o cotidiano, os valores e os significados culturais de maneira inegável. Existem vários movimentos ambientalistas, mas as mudanças ao longo dos últimos cinquenta anos chamam a atenção para o movimento ambientalista abrangente que, segundo o pensamento de Habermas, é construído ao nível discursivo através da racionalização comunicativa, da deliberação discursiva e do acordo comum, e que é refletido nas relações entre pessoas, o mundo natural, e o planeta no seu conjunto.

Examinar a teoria da ação comunicativa através de uma análise empírica do movimento ambientalista no Brasil e nos Estados Unidos reforça e desvela certos aspectos do pensamento habermaseano. Antes disso, para mostrar as características únicas do movimento ambientalista, uma apresentação do seu surgimento e suas mudanças ilustra a entrada da questão do meio ambiente no mundo da vida de uma forma extensiva e fornece o contexto para as investigações específicas do segundo e terceiro capítulos.

* * *

Os primeiros grupos ambientalistas, na cena contemporânea, se formaram no final do século XIX e no início do século XX (ROME, 2003). Houve protestos contra poluição em cidades neste período, mas os primeiros grupos particulares enfocaram na preservação de paisagens virgens. Organizações como o Sierra Club surgiram, nessa época nos EUA, que se preocuparam com a grande expansão urbana e industrial que ameaçava espaços abertos e a beleza natural no território nacional. Assim, o movimento para criar parques nacionais visando à preservação e proteção da natureza nasceu e o movimento ambientalista iniciou sua luta primordial para despertar as pessoas para a ideia de que a natureza é patrimônio nacional e que há necessidade de cuidá-la. Ao longo do século XX, essa ideia se expandiu, mas foi a partir dos anos sessenta, através do movimento ecologista, que ela se consolidou e ampliou sua força e alcance.

O movimento ecologista nasceu em vários países (principalmente, mas não exclusivamente, nos EUA e em países Europeus⁴) com um foco não apenas na preservação, mas na existência e na função correta de sistemas naturais. As preocupações dos ecologistas, com os efeitos negativos de processos industriais, resíduos químicos, poluição e lixo nuclear chegaram a um público maior com o lançamento de *Silent Spring* (1962) pela jornalista americana Rachel Carson. Nesse livro, foram evidenciados os efeitos desastrosos do uso do pesticida DDT, responsável pela dizimação de populações inteiras de insetos e pássaros. O

⁴ No Brasil, por exemplo, na década dos sessenta começou o movimento para preservar a Amazônia. Esse movimento concentrou no Acre e visava mais a preservação de modos de vida tradicionais, que dependeram do acesso aos materiais ecológicos da floresta, do que a preservação da floresta como um recurso natural a ser utilizado para processos industriais.

movimento ecologista chamou a atenção para as ameaças aos sistemas ecológicos e para a falta de proteção institucional que tinham que ser denunciadas e superadas (CARSON, 1962).

No contexto da industrialização ao longo do século XX, os conservacionistas formularam seu movimento em resposta à ideia, importante para o modelo de crescimento econômico, de que havia fontes infinitas de matéria-prima para abastecer a produção e expansão industrial. O esgotamento de recursos naturais e a incapacidade de considerar as consequências de empenhos industriais entraram em foco. Em outro momento a ecologia destacou as ameaças crescentes que sistemas naturais inteiros encararam e problemas como extinção receberam atenção. Os ecologistas destacaram os efeitos dos processos industriais e as crises ecológicas resultantes – como no livro de Carson.

Através da conscientização maior sobre a crise ecológica na década de sessenta, o movimento ecologista chegou ao terreno dos movimentos sociais. Neste contexto, o movimento se expandiu e o conceito do meio ambiente foi utilizado para englobar os movimentos preservacionistas, conservacionistas, e outros que compartilharam objetivos comuns relacionados à proteção do meio ambiente. O movimento ambientalista relacionou a expansão industrial com a degradação do mundo natural, mas a preocupação ambiental permaneceu como meio para garantir e melhorar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades. Assim, o movimento ambientalista manteve no seu centro as consequências da degradação para as populações humanas. O conceito abrangente do meio ambiente representa uma mudança na maneira de pensar sobre a natureza, englobando os sistemas ecológicos, os sistemas humanos, e tudo que é o mundo natural.

A partir da década de sessenta o meio ambiente virou uma questão importante em contextos nacionais em resposta às condições e às crises particulares de países e regiões. Sua formação paralela com a expansão do regime internacional das Nações Unidas (e a natureza global dessa questão) também consagrou a questão do meio ambiente na política internacional. A entrada do movimento ambientalista com suas articulações diversas e protagonistas diferenciados no palco da política multilateral e da regulação internacional ampliou a discussão do meio ambiente e concretizou a visão do Planeta como um conjunto e a importância das conexões cada vez mais visíveis entre o mundo da natureza e o mundo das pessoas. Através dos mecanismos de deliberação

discursiva e da construção de consenso na ONU a questão do meio ambiente se institucionalizou na política e nos valores culturais nos diversos países do mundo.

1.2. Os discursos ambientalistas

A racionalização comunicativa é realizada quando as diferenças que existem numa sociedade são discutidas e esse processo contínuo é garantido (HABERMAS, 1987). A ênfase no processo deliberativo e no discurso é importante pela grande diversidade de perspectivas dentro do movimento ambientalista. Uma abordagem discursiva ressalta o ambientalismo como uma nova maneira de ver o mundo e das pessoas se relacionarem com outras e com seus arredores. Pensar no movimento ambientalista como uma coleção de discursos revela simultaneamente as grandes diferenças no pensamento ambientalista, e os elementos que o mantém unido como uma nova ontologia abrangente formada por ideias, opiniões, valores e práticas nas sociedades contemporâneas.

Os movimentos conservacionista e ecologista formam uma parte grande do movimento ambientalista, mas representam apenas duas perspectivas diferentes de um mosaico maior. Na análise da formação e transformação do movimento ambientalista em contextos diferentes, são vários os discursos ambientalistas que se articulam e as maneiras de interpretá-los. O que John Dryzek (1997) identifica como um discurso representa uma maneira compartilhada de compreender o mundo. Isso reflete o conceito do mundo da vida discutido por Habermas, mas sem o foco nos processos discursivos da racionalização comunicativa que criam essas ideias e valores comuns⁵.

Para Dryzek (1997), na área do meio ambiente, tanto quanto em outras, os discursos são formados por pressupostos, conceitos e contenções, que fornecem a

⁵ John Dryzek parte do conceito Foucaultiano de ordens de discursos, que destaca as relações de poder complexas que existem em certas instituições e discursos. A abordagem discursiva de Foucault não destaca o consenso, mas o jogo de poder e o conflito nos processos discursivos que possibilita formas de dominação. Foucault (2001) analisa como os discursos refletem esse jogo de poder e como um poder hegemônico pode ser dominante. Para Dryzek (1997), a dominação de um discurso sobre outros é tão provável quanto a diversidade entre os discursos. Assim, o autor faz um análise que permite a consideração da legitimidade através da racionalização comunicativa enfatizada por Habermas. Para mais discussão sobre esta área, ver o conceito e a crítica de democracia deliberativa de Dryzek (2000).

base para análise, debate, acordo e desacordo. Dryzek aproveita da sua abordagem discursiva para chamar a atenção para o significado abrangente do ambientalismo e para analisar, de uma maneira detalhada, elementos da ação política contemporânea baseada na questão do meio ambiente. No seguinte quadro formado por duas escalas, *reformist-radical* e *prosaic-imaginative*, nas quais se pode comparar e contrastar os discursos ambientalistas diferentes, Dryzek identifica quatro classificações distintas.

Classificações de discursos ambientalistas (DRYZEK, 1997, p. 14).

	<i>Reformist</i>	<i>Radical</i>
<i>Prosaic</i>	Problem Solving	Survivalism
<i>Imaginative</i>	Sustainability	Green Radicalism

O discurso da *sobrevivência* que é categorizado como *radical* e *prosaic* enfatiza os limites da capacidade do planeta para manter a vida. É caracterizado como radical no quadro porque questiona o crescimento econômico e os padrões de consumo, e prosaico porque as soluções propostas não são muito imaginativas chamando apenas para mais controle administrativo e científico. Alguns ecologistas, desde os anos 60, formaram seu movimento nessa visão. A crise ecológica e problemas como a poluição e o esgotamento de recursos naturais como petróleo, minerais, florestas, peixes, e terra agrícola, levantaram preocupações sobre a finitude e a fragilidade do planeta. Uma visão que o mundo estava chegando aos seus limites partiu das consequências cada vez mais visíveis do crescimento econômico e populacional. Essa perspectiva permeava o movimento ambientalista nos anos sessenta e foi consagrada em 1972 pelo Clube de Roma no texto *The Limits to Growth*. Foi um estudo não técnico com a colaboração de uma variedade de cientistas que teve muita influência na formação de posições de vários países (principalmente países europeus e os EUA) durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972⁶. (DRYZEK, 1997), (LAGO, 2006).

⁶ O discurso da sobrevivência contribuiu para o grande apelo inicial por maior controle ambiental por parte dos Estados-Nação e continua tendo grande importância no movimento ambientalista.

Com maior potencial para efetuar uma mudança concreta o discurso caracterizado como *reformist* e *prosaic* tem uma visão menos apocalíptica que o discurso da sobrevivência. A abordagem prática de *environmental problem solving* reconhece a crise ambiental e procura soluções dentro das instituições e mecanismos já existentes no sistema econômico e político de sociedades industriais. Essa visão enfrenta a crise ambiental como qualquer outro problema, coordenando esforços burocráticos, democráticos e econômicos, liderada por especialistas e técnicos de diversas áreas. Nos movimentos ambientalistas que ganham influência em governos e instituições políticas e econômicas esse discurso é muito presente. Dentro de *environmental problem solving* cabem três discursos mais específicos. O *administrative rationalism*, *democratic pragmatism* e *economic rationalism* compartilham os mesmos pressupostos, mas utilizam mecanismos diferentes para realizar soluções. No quadro esses são reformistas porque se tratam de mudança dentro do sistema existente, e são prosaicos porque não oferecem soluções criativas (DRYZEK, 1997).

No lado oposto do quadro há o discurso *radical* e *imaginative* que é extremamente diverso e formado por uma variedade de ideologias, movimentos, partidos, grupos, e pensadores. Dryzek divide o *radicalismo verde* em duas categorias principais, *romantic* e *rationalistic* por uma divergência clara na interpretação desses atores em relação ao racionalismo iluminista. Os verdes românticos não destacam a visão iluminista de progresso e racionalismo porque desejam mudanças na própria maneira com que os indivíduos se relacionam com o mundo e a natureza. Em contraste, de modo mais moderado, os verdes racionalistas reconhecem a crise da relação do homem com a natureza, mas destacam a possibilidade para achar soluções dentro dos princípios iluministas tradicionais da igualdade e dos direitos. Essa perspectiva também permeia uma grande parte do movimento ambientalista. É radical porque rejeita a sociedade capitalista industrial e imaginativo porque visa uma mudança drástica nas relações humanas com o meio ambiente (DRYZEK, 1997).

O discurso caracterizado como *reformist* e *imaginative* encerra os discursos voltados à *sustentabilidade*. Essa talvez seja uma proposta comum a todos os elementos do movimento ambientalista, independentemente da forma como incorporam o ambientalismo (pelo menos conceitualmente). Desde os anos noventa, o discurso da sustentabilidade e os movimentos que assumem essa causa

foram mais discutidos e divulgados tanto no âmbito internacional quanto no nacional. Quando lida com a crise ambiental, parece que o discurso da sustentabilidade tem a resposta para tudo. Resolve o conflito entre os interesses econômicos e a proteção do meio ambiente, que é um problema destacado nos discursos de *economic problem solving*. De algum modo a sustentabilidade combina a proteção do meio ambiente, crescimento econômico, justiça social e igualdade, de forma que tem alcance local e global. Os discursos da sustentabilidade são reformistas porque buscam repensar o sistema econômico de produção e consumo, sem um radicalismo inerente, e são imaginativos com respeito às soluções do conflito entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. (DRYZEK, 1997)

No discurso de sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável foi destacado em 1987 através do Relatório Brundtland. Fruto da Comissão Global do Meio Ambiente e Desenvolvimento, esse relatório, chamado *Our Common Future*, virou o documento central na concepção e na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. O desenvolvimento sustentável é um discurso integrador que engloba uma gama de preocupações e soluções ambientais. Entretanto, o que significa exatamente na prática continua a ser sujeito a debate⁷. (COMISSÃO MUNDIAL, 1991).

Os discursos resumidos acima não somam o ambientalismo, nem o movimento ambientalista, no seu conjunto. Embora as quatro categorias de discursos ambientalistas apresentadas por Dryzek constituam apenas um ponto de partida na discussão ampla sobre o meio ambiente, formam uma base sólida para a discussão do movimento ambientalista que segue nos próximos capítulos. A diversidade de perspectivas, que às vezes se contrariam, contribui para a criação de consenso legítimo porque um único discurso não domina o debate sobre o meio ambiente. Mostra que todas elas contribuem para construí-lo, e que o movimento ambientalista representa uma gama de ideias e visões sobre as pessoas, sobre a natureza e as sociedades contemporâneas.

⁷ Outra noção de sustentabilidade que Dryzek (1997) discute é *ecological modernization* que consegue encontrar meios e fins lucrativos para projetos específicos de sustentabilidade. Esse discurso, e os projetos relacionados, são destacados na Alemanha, Japão, Holanda, Noruega, e Suécia, onde realizaram uma reconstrução econômica e de certas indústrias para realizar um prejuízo menor para o meio ambiente.

Depois desta introdução aos discursos ambientalistas diferentes, ainda é difícil hoje em dia ignorar a presença muito forte da sustentabilidade, principalmente do desenvolvimento sustentável, na vida cotidiana em países como o Brasil e os EUA, entre outros. Isso talvez seja pela incorporação desse discurso pelo setor empresarial. Junto aos discursos sobre conservação e “verde”, o desenvolvimento sustentável é usado de maneira frívola em campanhas de marketing e relações públicas. Isso pode ser interpretado como um exemplo da colonização do mundo da vida. Segundo Habermas, com a expansão do mercado, os discursos correm o risco de ser manipulados por instituições onde os processos discursivos que legitimam esses conceitos são ausentes. Hoje se vê os efeitos de interesses particulares, dinheiro, votos e agendas políticas nos discursos ambientalistas. O resultado é a limitação dos processos discursivos e a falta de legitimação das questões e debates voltados ao meio ambiente.

1.3. A ecopolítica

Uma análise dos discursos ambientalistas ilustra que o meio ambiente é um conceito amplo e objeto de uma variedade de perspectivas e interpretações. Isso pode apontar para caminhos em resposta a crises ambientais e às suas causas, mas para entender melhor a formação dessas perspectivas é importante aprofundar-se na questão da legitimidade. Uma análise puramente discursiva não necessariamente explica a maneira que o grande movimento no âmbito político relacionado às questões do meio ambiente espalhou-se pelo mundo, e nem as mudanças ao longo desse processo. Também, não faz a conexão entre a formação de acordos comuns, através do debate pluralista, e a legitimidade desses, cuja manutenção, pressuposto na teoria de ação comunicativa, é necessária. Como um movimento social, a arena política é fundamental para esse processo e para a criação de consenso.

Antes de ganhar espaço no âmbito político, os movimentos ambientalistas particulares de preservação e de conservação trabalharam para criar uma conscientização a nível local em resposta à expansão industrial em locais específicos. Com a transformação política durante os anos sessenta, o movimento ecologista surgiu no contexto maior de contracultura em vários países. Junto aos

movimentos de paz, de direitos civis, de mulheres, antinuclear, e outros, a questão ambiental se transformou numa plataforma política de grande alcance nacional e internacional. A partir daí, nasceu uma nova base para a ação política, abrindo o debate político para novos atores e levando novas questões em pauta. O canadense Philippe Le Prestre (2000) discute esse fenômeno usando o termo *ecopolítica* que refere às relações políticas no âmbito da proteção de recursos naturais e o meio ambiente. (LE PRESTRE, 2000, p. 19 nota rodapé).

A ecopolítica teve sua origem junto aos movimentos ambientalistas em contextos nacionais específicos, mas sem dúvida cresceu e amadureceu ainda mais no âmbito internacional. Mais significativo, pelas ramificações globais que resultam da crise ecológica e da degradação ambiental, a proteção do meio ambiente contra certas atividades econômicas e sociais é ligada diretamente às relações políticas e diplomáticas internacionais. Segundo essa conexão, a formação e a aplicação de políticas ambientais ao nível nacional são intimamente ligadas à política internacional. Le Prestre (2000) explora isso no livro *Ecopolítica Internacional* referindo-se às “dimensões de identificação e resolução das questões ambientais” e “às tentativas dos atores internacionais de impor sua definição de segurança em face da natureza e da qualidade de vida das populações...” (LE PRESTRE, 2000, p. 19). Depois de analisar as características da ecopolítica abaixo, e segundo a gama de perspectivas e diferentes discursos ambientalistas apresentados acima, fica evidente que a ação política relacionada às questões do meio ambiente reflete o modelo político democrático e pluralista, representando uma nova forma de participação política a nível global.

Dentro da política democrática de negociação de interesses, a ecopolítica constrói o meio ambiente de acordo com os valores, demandas e opiniões que estão em jogo. A crise ambiental e questões ecológicas muitas vezes são chamadas à atenção por cientistas, os quais possuem um papel muito importante para a discussão e definição de preocupações ambientais. Mesmo assim, por exemplo, na discussão de crises ecológicas a nível local ou regional, ou de mudanças climáticas a nível global, esses cientistas não necessariamente são valorizados ou legitimados na criação e implementação de soluções. Isso quer dizer que na política pluralista os problemas ambientais não existem sem o impacto que produzem na sociedade e em certos atores. Também que os valores sociais e morais são maiores que os dados científicos. A definição das preocupações

ambientais é relativa e depende do lugar e dos vários fatores históricos, demográficos, culturais, ou econômicos entre outros. Neste sentido a nível internacional, a participação de um Estado, na ecopolítica, vai depender da própria experiência nacional – não numa conclusão ou estudo científico. Portanto, nas palavras de Le Prestre, “não existe melhor decisão”, que depende de dados técnicos e estudos científicos; no mundo de ecopolítica internacional, de acordo com a ênfase procedimental da teoria de ação comunicativa, “o que existe é uma direção.” Essa direção é formada através do debate pluralista. (LE PRESTRE, 2000, p. 24-25).

A questão do meio ambiente leva em conta fatores sociais e econômicos na definição dos problemas ambientais e na escolha de suas soluções. A medida dos custos e dos benefícios, que acompanham essa definição, revela o papel da justiça distributiva na ecopolítica. Quando se discute os recursos naturais, quais seriam utilizados, quem os exploraria, quem se beneficiaria dos lucros, o que produzir com eles, e como financiá-lo, sempre há um efeito nas desigualdades já existentes numa sociedade e entre países. Na resolução de problemas ambientais, desigualdades podem ser preservadas ou até exacerbadas porque a política pluralista não necessariamente atende à questão distributiva. A nível nacional, isso é evidente quando a população menos privilegiada, que em muitos casos já sofre as condições ambientais piores, é afetada negativamente por projetos caracterizados como soluções. (Um exemplo típico é de populações deslocadas por projetos considerados de ter benefícios ambientais ou de não prejudicar o meio ambiente – como a construção de barragens). A nível internacional, as implicações distributivas também são evidentes: acordos sobre o meio ambiente deixam alguns países com mais ganhos do que outros, ou não levam em consideração desigualdades já existentes. Assim, não é necessariamente difícil achar uma solução que seja geralmente positiva para todos, mas o problema reside na distribuição dos ganhos. (LE PRESTRE, 2000), (BIERMANN, 2004).

De acordo com Le Prestre, os conflitos subjacentes aos problemas ambientais são “inevitáveis e normais”. As oposições formadas na identificação e solução de tais problemas fazem parte do processo político democrático e de negociação de interesses. “Opõem poluidores e vítimas das poluições, interesses nacionais e interesses regionais e mundiais, países ricos e países pobres.” Na implementação de políticas ambientais e na institucionalização da ecopolítica o

conflito de jurisdição surge entre governos e entidades administrativas com interesses e trabalhos diferentes. A nível nacional e internacional, organizações internacionais, ONGs e Estados, entram em conflito. Quando os resultados de soluções implementadas não aparecem ou são difíceis de medir, esses conflitos se tornam ainda mais inevitáveis. Assim, está sempre implicada na ecopolítica, tanto no nível nacional quanto internacional, a questão de como administrar os conflitos (LE PRESTRE, 2000, p. 28).

Outra característica da ecopolítica chama a atenção para o papel do Estado em relação à sociedade. Na ecopolítica, as relações de poder e de política são reestruturados no âmbito nacional e no internacional. Desde os anos 70, para países em desenvolvimento, a questão ambiental virou central na articulação das políticas de desenvolvimento tomando a forma de denúncias das atividades com maior impacto ecológico. No palco internacional isso transformou a discussão política de uma forma marcante. A ecopolítica se consolidou no final das décadas de oitenta e durante os noventa, a nível nacional, como um lugar para a expressão dos conflitos entre o Estado e a sociedade e um meio para impor políticas de justiça ou de humanitarismo. Isso também foi expresso na política internacional onde os conflitos voltados para as questões ambientais que existem entre Estados no sistema das Nações Unidas foram alteradas para ir além de denúncias e incluir soluções relacionadas à justiça distributiva e o desenvolvimento econômico. (LE PRESTRE, 2000).

É importante mencionar que, dentro desse processo político, existe a possibilidade que a ecopolítica trará efeitos perversos, surpresas ou negativas, entre as contradições e as relações inversas – uma característica de qualquer forma de ação política. As incertezas, a falta de conhecimento ou experiência, e a manipulação dos problemas ambientais, ameaças, crises, por partes e interesses particulares são elementos para serem sempre enfrentados. A ecopolítica conhece bem as controvérsias das implicações científicas, políticas, financeiras, econômicas e sociais abundantes. Considerando isso, Le Prestre indica que “toda política ambientalista deve fornecer os meios de gestão dos múltiplos dilemas e de proteção contra os efeitos perversos inevitáveis e imprevisíveis.” (LE PRESTRE, 2000, p. 32).

No sistema internacional das Nações Unidas, o consenso é um princípio importantíssimo para a negociação. É muito evidente no palco internacional que o

consenso na definição de um problema, e assim a sua solução, é mais importante que uma política ideal. Na escala mundial, o consenso é o único jeito para realizar administração bem-sucedida e mudanças nas políticas e práticas da comunidade internacional. O papel de conhecimento científico é central nas questões ambientais, mas pode facilitar ou complicar o consenso. A ciência não pode ditar as escolhas dos responsáveis por decisões, e não necessariamente serve para esclarecer ou diminuir as dúvidas, mas na prática pode servir para adiar uma decisão sobre uma questão que já está sendo discutida. As pesquisas científicas sobre o aquecimento global é um bom exemplo, no sentido de que por décadas não havia um consenso internacional sobre esse problema e que a sua discussão refletiu outros conflitos entre interesses no âmbito político. (LE PRESTRE, 2000).

Uma resolução para o conflito entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico seria um equilíbrio que leve em consideração o crescimento econômico, a conservação de recursos naturais e a democracia. Num sistema político democrático pluralista, devem ser consideradas as pessoas que são prejudicadas seja por políticas de conservação, ou de não conservação, dos recursos naturais. A conexão entre as pessoas e a natureza exige que o meio ambiente não seja dissociado de objetivos econômicos, sociológicos ou políticos. Essa característica põe em questão as próprias relações entre pessoas e chama para uma forma de contrato social que inclui a natureza como componente fundamental. A ecopolítica tem potencial para colocar no centro da ação política um acordo entre os humanos e a natureza. O antropocentrismo da sociedade moderna industrial é considerado a causa da crise ecológica, mas o anti-humanismo do ecologismo radical não é a resposta dentro de um sistema pluralista. O objetivo é achar um equilíbrio que compreenda que os interesses dos humanos e da natureza são mútuos. (LE PRESTRE, 2000).

Roberto Guimarães é um analista que no Brasil comenta a ação política baseada em questões relacionadas ao meio ambiente. No livro *The Ecopolitics of Development in the Third World* (1991), ele também destaca uma nova relação entre as pessoas e o meio ambiente e a importância desta relação na vida cotidiana. Guimarães escreve,

“Ecopolitical analysis should generate a more comprehensive understanding about the relationships between people, and between

people and nature. This is crucial for advancing knowledge about political systems, and important, too, for generating inputs into policy decisions that affect the daily life of everyone. The time for endless emotional discussions about ecological disaster is over. The environmental awareness of the 1970s has somehow managed to enter our lives. The proliferation of physical fitness programs and the presence of health-food stores and restaurants are but the most visible, perhaps the most superficial, indications of new types of concerns. Changing life-styles, changing positions in the social structure, as well as changing issues in the relations between nations, are subtler, structural signs of humankind's struggle to come to terms with nature.” (GUIMARÃES 1991, p. 16).

As mudanças na vida cotidiana, que estão cada vez mais visíveis e significativas, indicam mudanças maiores na forma que a política é feita, nas relações entre pessoas e na maneira que se vê e se entende a natureza – a própria estrutura da sociedade está em transformação. A presença na vida cotidiana das preocupações ambientais pode ser um indicador da formação legítima desses valores e opiniões na base da sociedade. É evidente que a política não apenas apropriou uma nova área de atuação, mas que as próprias visões e determinantes dessa política se transformaram e as relações sociais detrás da atividade política se repensaram em relação à ecologia.

1.4. A sociedade civil internacional

O caráter amplo da questão do meio ambiente não é apenas o resultado do seu alcance global, mas é relacionado ao contexto de grandes mudanças na política internacional que ocorreram durante o crescimento da ecopolítica nas últimas décadas. A transformação geral da política global, depois da queda da União Soviética, criou novos espaços na arena de diplomacia internacional e nas Nações Unidas. Também, a abertura política e econômica na América Latina e no Leste Europeu, durante os anos 80 e 90, mudou a paisagem política a nível local e regional para muitos países agora dispostos a sistemas democráticos capitalistas.

Como discutido acima, a questão do meio ambiente faz parte da criação de novas relações sociais, inclusive, desde a perspectiva sociopolítica, a relação do Estado com a sociedade. No contexto das transformações políticas e o fortalecimento da ecopolítica, a sociedade civil assume uma nova forma como parte da articulação das demandas do movimento ambientalista. Na construção de

uma sociedade civil que olha para além das fronteiras nacionais, o movimento ambientalista se expandiu e se desenvolveu. Uma análise do seu papel e construção é essencial para entender o movimento ambientalista internacional.

Sérgio Costa (2002) destaca o despertar do conceito de sociedade civil em resposta aos regimes autoritários e totalitários da América Latina e o Leste Europeu a partir dos anos 70. Depois da abertura política nesses países, novas alianças e organizações transnacionais se formaram e novos atores floresceram com base na sociedade e na associação cívica. Costa também chama a atenção para a ênfase nova em sociedades liberais democráticas no mesmo momento em que a organização na sociedade civil representou uma alternativa às estruturas políticas existentes – como o Estado capitalista, de bem estar social, neoconservador, ou liberal. Assim, a sociedade civil criou novas redes de atuação e de apoio que facilitaram a divulgação e desenvolvimento de grandes questões políticas e sociais⁸. Com essa nova agitação cívica, o ambientalismo ganhou espaço para se articular e se ligar com outras áreas de atuação política. Abriu o campo para maior desenvolvimento do movimento ambientalista em contextos locais e no âmbito de política internacional.

Para Michael Walzer (1995) o conceito da sociedade civil como um lugar de associação humana sem coerção, como as redes de sindicatos, religiosas, de partidos políticos, de cooperativas, de associações de vizinhos e escolares, entre outros, é a melhor resposta para os problemas e conflitos que se encontra na teoria política e na procura para o melhor modo de organizar as sociedades. Isso não quer dizer que o argumento da sociedade civil seja uma alternativa que substituiria as ideologias de democracia, socialismo, capitalismo, ou nacionalismo, mas é uma parte fundamental da organização social e ajuda a entender a pluralidade das sociedades e a corrigir a homogeneidade das ideologias políticas. O argumento de Walzer é apenas uma forma de enfatizar a sociedade civil como um elemento indispensável de sociedades democráticas e que funciona para equilibrar a relação do Estado com a sociedade. O Estado, tanto quanto os cidadãos, enquadram a sociedade civil e ocupam o espaço dentro dela.

⁸ Para mais sobre a análise de movimentos sociais usando o conceito de redes ver Scherrer-Warren (1993), Gohn (2007) e Castells (2007).

É evidente no crescimento da ecopolítica a partir dos anos 70 que o movimento ambientalista conquistou muito espaço na política com esse despertar da sociedade civil. A difusão dos conceitos e dos valores do ambientalismo para diversos setores da sociedade é uma indicação disso, porém um exemplo mais empírico é a explosão da quantidade de ONGs que começaram a trabalhar com essa questão. As ONGs se aparecem na sociedade civil, muitas vezes em paralelo ou em parceria com órgãos do Estado. As ONGs ambientalistas também ilustram uma nova atuação política e social que transcende as fronteiras nacionais e que liga o local, regional e o global – um elemento fundamental da nova visão do mundo que tem o ambientalismo no seu centro (CONCA, 1995).

O papel das ONGs na política internacional é geralmente considerado de grande importância não apenas para acadêmicos e analistas, mas para os próprios governos que interagem com elas no âmbito político. O que os governos muitas vezes não estão de acordo é com respeito à forma de integração das ONGs no processo político e de cooperação com órgãos como a ONU. Com certeza essas organizações da sociedade civil influenciam as políticas e práticas, mas o grau de eficiência do seu papel na resolução dos problemas ambientais não está claro (VIEIRA, 2001).

O estudo de Liszt Vieira (2001) contribui para o entendimento das mudanças na política internacional e no movimento ambientalista discutidas acima. É uma investigação detalhada sobre o efeito dos processos da globalização que chama a atenção para a reorientação do papel do Estado junto aos interesses capitalistas no contexto de desterritorialização de instituições tradicionalmente constrangidas por fronteiras nacionais. A sociedade civil também se soltou para crescer no nível global e formar uma rede de interesses públicos, representando a democracia e a diversidade voltada para questões dos direitos humanos, de segurança e o meio ambiente. Para Vieira, é necessário pensar numa sociedade civil global para entender o processo de globalização que está transformando as relações econômicas, políticas, e sociais. Vieira diz:

“O conceito contemporâneo de sociedade civil global tornou-se um elemento importante na ressignificação das relações internacionais, que não podem mais ser explicadas apenas em termos de relações entre Estados e mercados. Ele sugere múltiplos caminhos que se entrecruzam no espaço global, numa perspectiva que atribui aos atores um grau de agência

que uma visão estadocêntrica não poderia admitir.” (VIEIRA, 2001, p. 29-30).

Isso segue o argumento de Walzer de que a sociedade civil global é um espaço plural, diverso, e muitas vezes tão influente e legítimo, se não mais, do que quanto o próprio Estado em certas questões ou relacionado a certas agendas. A ecopolítica e o espaço conquistado pelo movimento ambientalista, no âmbito internacional, são características deste fenômeno.

Na sua investigação, Vieira também argumenta que a própria ideia da cidadania está em transformação. É importante entrar nesse elemento das mudanças sociais relacionadas à sociedade civil, que aqui é o foco, mas não está no escopo desse trabalho descrever os conceitos tradicionais da cidadania⁹. Mesmo assim, se tem que considerar que a cidadania e a sociedade civil são noções separadas, mas dependentes. A sociedade civil é formada por grupos que visam influenciar a política. A cidadania é ligada a um nível de status dentro do sistema de direito. Quando a sociedade é forte funciona para fortalecer a cidadania, mas quando é fraca é mais fácil para o Estado ou o mercado combatê-la. Também, a sociedade civil existe principalmente dentro da esfera pública, onde “... associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania são realizadas em seu âmbito por meio dos interesses dos grupos sociais...” Vieira também destaca a diferença entre a cidadania e a sociedade civil pela relação com o Estado. O autor diz que “... não possa constituir o *locus* dos direitos de cidadania (na noção de Marshall), por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.” (VIEIRA, 2001, p. 37).

Junto às transformações no âmbito político, o movimento ambientalista e os conceitos ligados ao ambientalismo criaram novas categorias jurídicas e uma nova perspectiva sobre os direitos e a cidadania. Com o fortalecimento do movimento ambientalista na política internacional os direitos da quarta geração surgiram para considerar o direito de gerações futuras de ter uma vida boa, digna e próspera. Esse conceito exige um cuidado maior sobre o planeta e o meio

⁹ Para uma introdução aos conceitos tradicionais da cidadania ver Vieira (2001) e para um estudo do desenvolvimento dos direitos que formam a cidadania ver Bobbio (1992). Para uma teoria que usa uma tipologia de cidadania ver Turner (1992).

ambiente no presente e traz novas formas de exercício de cidadania. A responsabilidade de cuidar do meio ambiente virou uma questão de direito e assim, a forma que os indivíduos atuam, seja na forma de reciclagem, preservação de recursos como água ou de conscientização própria, se torna uma forma de participação cívica (BOBBIO, 1992).

1.5. O espaço público

Nesta seção haverá uma breve discussão sobre espaço social, destacando a esfera pública nos processos discursivos que formam a racionalização comunicativa, antes de aplicá-la ao desenvolvimento do movimento ambientalista. Para trazer a noção de sociedade civil e a ação política empreendida no movimento ambientalista para o estudo sociológico, é fundamental entender a esfera pública como lugar de formação e ação de atores políticos. Vieira (2001) faz isso na sua apresentação de três modelos políticos de espaço público para basear a sua discussão sobre as funções e características da sociedade civil. O primeiro é o modelo na tradição republicana, que entende o debate público em linhas definidas por relações de poder e com ênfase no conjunto social. O segundo é na tradição liberal, que pensa no espaço público em termos do mercado onde a competição determina o debate. O terceiro modelo é de um espaço público discursivo, destacado na teoria de Habermas, onde através da linguagem e da deliberação as partes se comunicam e é isso que determina o debate. (VIEIRA, 2001).

Duas décadas depois da sua primeira obra principal, *The Structural Transformation of the Public Sphere* (publicado primeiro em 1962), a *Teoria da ação comunicativa* (publicado primeiro em 1981) ressalta muitos elementos fundamentais. Antes de estabelecer a teoria que destaca o modelo de espaço público discursivo, Habermas (2003b) fez um estudo sobre a esfera pública burguesa que desenvolveu na Europa durante o século XVIII com o crescimento da burguesia, da econômica liberal, e da política democrática. Nesse livro, Habermas ilustrou o declínio da esfera pública burguesa, ao longo do século XX, com mudanças nas relações do Estado e a sociedade, o surgimento da sociedade de massa e a formação do estado de bem-estar social.

A esfera pública burguesa foi um lugar onde esse grupo urbano em ascensão, formado por pessoas com uma igualdade de condições, podia debater e atuar de forma coletiva. O estabelecimento desse espaço contribuiu para a alteração da economia e facilitou o enfrentamento dos poderes políticos tradicionais. De forma geral, ajudou a criar um espaço dentro da sociedade onde indivíduos participaram em processos e discussões que pertenceram à vida pública de uma forma igualada. Habermas, então, chama a atenção para a transformação desse espaço e as mudanças nas relações entre as outras esferas da sociedade. Ele observa que as esferas do Estado, do mercado, do privado, e do público, não tinham as mesmas demarcações claras que antes. Essa observação influenciou conceitos tradicionais da esfera pública e abriu a porta para discussões sobre a esfera pública como um espaço social livre e inclusivo para discussão e participação num plano igualitário¹⁰ (HONNETH & JOAS, 1991).

No trabalho original de Habermas, o conceito da esfera pública aludiu a um ideal de democracia plural e burguesa. Esse idealismo induziu a uma discussão crítica e um debate que produziu uma quantidade grande de literatura representando várias perspectivas. Cohen e Arato (1992) partem do conceito da sociedade civil no qual Habermas trabalha, mas se preocupam com a validade desse modelo hoje em dia e procuram analisar uma esfera pública pós-burguesa. Eles concluem que com a integração complexa do Estado, o mercado e a mídia, no mundo da vida, nos processos de produção cultural e de cultural política, a esfera pública funciona para democratizar as instituições e a política em geral. Os autores fazem uma análise profunda da política democrática contemporânea, chamando por uma reconstrução da sociedade civil, mas mantém a base conceitual nas ideias apresentadas por Habermas. Mais do que uma crítica, como no caso de Fraser, eles oferecem uma extensão analítica da obra de Habermas que chama para mais racionalização do mundo da vida através da expansão e fortalecimento da esfera pública.

¹⁰ Uma das críticas mais fortes originou no pensamento feminista. Nancy Fraser (1990) discute os limites da esfera pública burguesa e chama a atenção para a presença de uma variedade de esferas públicas que atuam na negociação de interesses particulares e coletivos. Os chamados *subaltern counter publics* funcionam na esfera pública para dar voz aos indivíduos e grupos que geralmente não alcançam espaço dentro das esferas públicas mais dominantes (como a esfera pública burguesa). Assim, Fraser crítica o conceito de Habermas enquanto parte desse mesmo para formular sua teoria.

Em resposta a essas críticas e discussões, Habermas (2003a) reformula seu modelo de política discursiva e ação baseada no debate e o consenso para resolver os pontos de conflito, mas sempre reitera a importância do conceito em si. Em um texto mais recente sobre esse tema, *Direito e Democracia*, o autor define a esfera pública como um fenômeno social básico. Não é uma instituição, nem uma organização ou uma estrutura normativa; não regula, mas é um sistema que mesmo que tenha limites internos, é aberto ao exterior. Nas palavras dele, “... a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela, os fluxos comunicacionais são filtradas e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas*...” (HABERMAS, 2003a, p. 92). Assim, de acordo com sua teoria da ação comunicativa, essas opiniões fazem parte do mundo da vida e são legitimadas. Embora o trabalho contínuo de Habermas seja aberto e flexível para dialogar com a crítica, está sempre fundamentado na sua teoria da ação comunicativa.

A definição reformulada do conceito da esfera pública é utilizada por Habermas na sua discussão contínua da democracia pluralista na teoria social para tentar examinar a base de legitimação de poder na comunicação e a formação de políticas legítimas ou ilegítimas. Habermas (2003a) aborda a discussão deste conceito usando duas teorias. A primeira sendo uma teoria econômica de democracia que destaca a política deliberativa como um conceito procedimental, e a segunda (que Habermas critica) sendo de um sistema de regulação onde a sociedade tem a capacidade de auto-organização. Na segunda, há uma inadequação em relação ao modelo de política deliberativa de Habermas porque o Estado tem um papel importante de garantir a integração das entidades organizadas na esfera pública. Na primeira, a “política racional da vontade” não deve ser procurada “apenas no nível individual das motivações e decisões de atores isolados, mas também no nível social dos processos institucionalizados de formação de opinião e de deliberação.” (HABERMAS, 2003a, p. 72).

Para Habermas, o Estado é um pré-requisito para a regulação social através da administração da lei. Essa ênfase na institucionalização parte da ideia que uma sociedade totalmente descentrada não pode manter a unidade. Assim, um sistema de auto-organização não tem a capacidade de estabelecer um lugar de reprodução da sociedade “em sua totalidade” (HABERMAS, 2003a, p. 75). Aqui, de acordo com o modelo discursivo, a linguagem e o mundo da vida possuem a

capacidade de encaixar a sociedade como um todo. Chamando para um Estado mediador, Habermas não aponta para um sistema fechado com uma sociedade paternalista que desconsidera o poder comunicativo que possuem os cidadãos e a sociedade civil. Em vez de ver o Estado como regulador ineficiente pesado com uma sobrecarga, o Estado pode funcionar abertamente para solucionar problemas de regulação e do poder comunicativo. É com essa visão sociopolítica que Habermas discute o conceito da esfera pública e da sociedade civil. Habermas entra em detalhes dizendo que,

“... a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e *eficaz*, a ponto de ser assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar.” (HABERMAS, 2003a, p. 91).

A aplicação da teoria da ação comunicativa dentro de um conceito de democracia pluralista, no qual a esfera pública influencia o Estado de direito, traz a socialização baseada na comunicação a um nível de poder comunicativo. Isso acontece através da formação de opiniões focalizadas que podem ser transformadas numa opinião pública de qualidade. Para Habermas, essa influência é possível somente quando as opiniões entram nas “convicções de membros *autorizados*” e assim causam resultados concretos nas ações de eleitores, funcionários e parlamentares, entre outros. São “processos institucionalizados” que determinam a transformação da opinião pública em poder político, portanto também estabelecem e permitem a medida da legitimidade da influência dessas opiniões (HABERMAS, 2003a, p. 94-95).

Segundo esse modelo, a formação da opinião pública é resultado da ação comunicativa de diversos atores na esfera pública. O argumento da sociedade civil de Walzer (1995) explica a composição desses atores e reforça a importância do modelo discursivo para a esfera pública. Na discussão do conceito da sociedade civil, Habermas também responde à crítica e o debate relacionado às suas formulações anteriores. Ele concede que a sociedade civil hoje em dia não é a sociedade civil no sentido liberal, formado pela classe burguesa, nem no conceito

marxista original onde a sociedade civil se constitui no espaço que o Estado não está presente. Nas palavras de Habermas,

“O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas.” (HABERMAS, 2003a, p. 99).

Habermas chama a atenção para atores e fenômenos novos em sociedades democráticas hoje, como a mídia e os meios de comunicação em massa, que tem um papel importantíssimo na deliberação discursiva e na produção e reprodução do mundo da vida. É claro que não estamos, e nunca estivemos, no tipo ideal da esfera pública burguesa, mas esse conceito mantém seu valor heurístico. Ainda é possível aplicá-lo para analisar a função de política democrática, e também é aplicável no contexto das mudanças no campo político no nível internacional e a reflexão da função da esfera pública no âmbito internacional. A construção de uma esfera pública global é indispensável para a ação política relacionada a questões do meio ambiente, e mantém sua base no modelo discursivo de Habermas.

1.6. A esfera pública internacional

Muita crítica do modelo original da esfera pública burguesa nasce na visão idealista que a apresenta como um espaço aberto, neutro e pluralista. No seu estudo inicial da transformação desse espaço social, Habermas não enfrentou o fato que esse ideal nunca foi realizado. Contudo, em resposta à crítica, ele simultaneamente reconhece os limites desse modelo e defende a sua essência. No texto sobre a esfera pública hoje em dia, Manuel Castells (2008) destaca que o conceito da esfera pública atual é muito diferente do tipo ideal burguês, mas afirma a importância desse modelo ideal pelo seu valor analítico. Castells usa o conceito da esfera pública habermaseana para analisar o debate público em sistemas democráticos. A esfera pública nas palavras de Castells “is the

cultural/informational repository of the ideas and projects that feed public debate.” É onde são facilitadas a atuação, o debate e a influência da sociedade civil no sistema político de representação baseada no equilíbrio entre o Estado, a sociedade civil, e os cidadãos (CASTELLS, 2008, p. 79).

Embora a evidência histórica seja contra a noção da esfera pública como um lugar neutro e aberto para a construção de significados, ainda se pode destacar o papel importante desse espaço na construção das políticas nas quais uma sociedade opera. Neste são formadas, deformadas e reformadas as representações e opiniões de uma sociedade nas quais, na teoria de ação comunicativa, formam o mundo da vida. Castells chama a atenção para duas formas sociopolíticas que esses processos estão construídos em cima do tecido cultural dentro do mundo da vida. A primeira é unilateralmente por instituições políticas numa expressão de dominação e a segunda, por outro lado, por indivíduos grupos e associações da sociedade civil, e pelo Estado, na esfera pública. Na primeira forma os indivíduos não fazem parte das instituições e por isso a comunicação não acontece entre os atores e a falta de legitimidade no sistema representativo resulta numa crise de autoridade. Na segunda forma, de cooperação entre setores variados da sociedade, a estrutura e dinâmica do sistema político e dos processos políticos são definidas e facilitam a política democrática legítima (no sentido habermaseana). A democracia é fundada na relação do Estado e a sociedade civil e quando a sociedade não tem voz dentro da esfera pública o Estado como resultado não funciona para servir a sociedade (CASTELLS, 2008).

Vieira, junto com Castells, chama a atenção para a crise na esfera pública nacional dentro do contexto dos novos processos de globalização e o efeito desta na função e no papel do Estado. Eles enfatizam três elementos desse novo contexto: primeiro apontam para a importância da sociedade civil global, e a formação de uma esfera pública internacional; segundo afirmam a existência da sociedade civil global, nesse novo contexto, junto às formas de governança global como a ONU e entidades regionais como nas Américas, na África e na Europa; finalmente destacam que no espaço político e institucional onde o poder soberano não aplica a esfera pública internacional é formada pelas relações entre Estados e atores não estatais.

Aqui, é possível inferir que o mesmo processo de formação de valores, opiniões e consenso através da racionalização comunicativa, que acontece a nível

nacional, aplica para o âmbito internacional, mas, a este nível, as formas e a construção da esfera pública são menos claras. A reativação da esfera pública garante a prática de cidadania e a função do sistema democrático baseado na representação dentro do novo contexto de política internacional. Nas palavras de Castells, a crise na esfera pública nacional torna a esfera pública internacional muito relevante. Ele diz que “without a flourishing international public sphere, the global sociopolitical order becomes defined by the realpolitik of nation-states that cling to the illusion of sovereignty despite the realities wrought by globalization.” (CASTELLS, 2008, p. 80), (VIEIRA, 2001). Essa dinâmica tem implicações para o movimento ambientalista e para a ecopolítica voltada às questões como a crise ecológica e à procura por sustentabilidade e soluções para os problemas ambientais.

Uma questão atual que o mundo vivencia é que os processos econômicos, políticos e sociais estão com um alcance muito além das fronteiras e barreiras nacionais. “Not everything or everyone is globalized, but the global networks that structure the planet affect everyone.” (CASTELLS, 2008, p. 81). A década de setenta foi uma época importante para essa transformação estrutural em relação a muitas questões, inclusive a questão ambiental. Com a UNCHE em Estocolmo, a primeira reunião desse tipo na comunidade internacional, a questão do meio ambiente se tornou central junto às questões tradicionais da comunidade internacional como a segurança e os direitos humanos. Junto a essas questões, e talvez de forma maior, o meio ambiente é uma questão que é relevante para o mundo inteiro. Olhando pela lente dos processos globalizados, o meio ambiente torna o mundo menor do que nunca. A política e as chamadas para soluções voltadas a essa questão revelam os limites de fronteiras nacionais.

A sociedade civil global é um termo que junta formas de organização variadas (que podem ser contraditórias e competitivas) e sua ascensão é, em parte, devido ao papel diminuído do Estado soberano e o fortalecimento de um regime internacional. Uma análise do movimento ambientalista a nível internacional reflete a incapacidade do Estado de lidar com uma questão de alcance global, e destaca a atuação da sociedade civil global e o surgimento da esfera pública global nos debates e nos processos democráticos (VIEIRA, 2001). Neste sentido, se destaca as conferências da ONU sobre o meio ambiente como lugares de estabelecimento de maior espaço público a nível internacional e como momentos

discursivos para a articulação de diversos interesses e a racionalização comunicativa. A análise da UNCHE e a UNCED revela mudanças ao longo dos vinte anos que as separaram e indicam a ascensão e o caráter do movimento ambientalista, além de refletir sobre o debate sobre o meio ambiente.